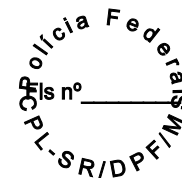




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

#### 1. OBJETO

**1.1.** O presente Termo de Referência, alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional do Departamento de Polícia Federal e em conformidade com o PDTI -Plano Diretor de Tecnologia da Informação, define critérios para a contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação -TI, que visam suprir as necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul – SR/DPF/MS, e suas unidades descentralizadas, de apoio as suas atividades precípuas, com serviços de suporte e administração de rede de dados e banco de dados, sustentação de servidores e segurança da informação.

**1.2.** Os serviços a serem contratados deverão estar em conformidade com os padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos pela CONTRATANTE e especificados nas boas práticas; os serviços deverão ser executados após abertura de chamados em sistema de informação específico, e encerrados após a confirmação da resolução do problema

**1.2.1.** Os serviços serão pagos pelo quantitativo mensal de resultados, desde que sejam recebidos e homologados como condizentes com este Termo de Referência.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO

##### 2.1 OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

**2.1.1.** A futura contratação tem por objetivo dar continuidade aos serviços de sustentação e gerenciamento da infraestrutura de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) da CONTRATANTE, e a adequação às exigências da Instrução Normativa SLTI 04/2008 e demais instrumentos regulatórios da contratação de TI no serviço público federal.

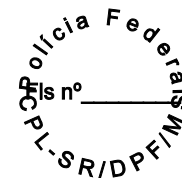
##### 2.2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.2.1.** O Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/MS necessita de serviços de informática para apoio na gestão de sistemas e equipamentos computacionais, que garantem a disponibilidade permanente de serviços diversos, afetos às atividades finalísticas e meio da Polícia Federal, o que demanda necessidade de constantes reparos, manutenções e melhorias de toda a infraestrutura de Tecnologia da Informação.

**2.2.2.** O DPF não dispõe no seu plano de cargos de profissionais com os perfis que



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

necessita para suprir à demanda desses serviços, imprescindíveis para a consecução dos objetivos institucionais do Órgão, e busca, assim, a contratação indireta desses serviços, com amparo legal no Decreto no 2.271, de 07 de julho de 1997.

## **2.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.3.1** O procedimento licitatório obedecerá integralmente a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, Decreto Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, Decretos, nº 5.450, de 31 de maio de 2005 (Pregão Eletrônico), nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342 de 23 de agosto de 2002, que regulamenta o sistema de registro de preços; nº 1.070, de 02 de março de 1994; Nº 7.174, de 12 de maio de 2010; nº 2.271, de 07 de julho de 1997, lei complementar 123/06 e Decreto 6204/07 que tratam do tratamento preferencial às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor); lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004, Instrução Normativa no 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, Instrução Normativa no 04, de 19 de maio de 2008, e, ainda Lei no 8.666, de 21 de julho de 1993;

**2.3.2.** De acordo com o disposto no Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005 os serviços aqui tratados são de natureza comum e de caráter continuado; a modalidade adotada, Pregão Eletrônico, observa, ainda, o disposto no Acórdão no 2.471/2008 do Tribunal de Contas da União.

## **2.4 MODALIDADE LICITATÓRIA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**2.4.1.** Conforme o art. 1º da Lei 10.520/2002, e entendimentos do Tribunal de Contas da União exarados nos Acórdãos 1114/2006, 1480/2007 e 1172/2008, a presente demanda enquadra-se no conceito de serviços comuns, e a modalidade de licitação proposta para a contratação dos serviços é o PREGÃO na forma eletrônica .

**2.4.2.** Para seleção da proposta mais vantajosa será adotado o critério de “MENOR PREÇO POR ITEM”, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

## **2.5. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS DA CONTRATAÇÃO – RESULTADOS ESPERADOS**

**2.5.1.** Esta contratação busca alcançar os seguintes resultados:

- a) Reduzir o tempo de restauração da operação normal dos serviços com o mínimo de impacto nos processos de negócios da CONTRATANTE, dentro dos ANS - Acordo de Níveis de Serviço e prioridades acordados;
- b) Oferecer atendimento de qualidade aos usuários de TI, deixando transparente que há



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

efetivo gerenciamento dos incidentes;

c) Formação de uma base histórica precisa de tratamentos de incidentes e solicitações à área de TI da CONTRATANTE.

### 3. DETALHAMENTO DO OBJETO

O objeto da contratação se encontra detalhado nas Especificações Técnicas **ANEXO Ila** deste documento.

### 4. DA MENSURAÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.1. UDPFS - Unidade do Departamento de Polícia Federal de Serviços** – é a unidade básica adotada pelo DPF para mensuração de serviços, representando a prestação de serviços de um profissional no período de uma hora (1 homem-hora).

**4.1.1.** A UDPFS destina-se à mensuração dos serviços, e não se vincula ao número de técnicos alocados nele, vez que um profissional pode executar diversas tarefas neste lapso temporal.

**4.2.** A execução dos trabalhos necessários serão precedidas de Ordens de Serviço, devidamente aprovadas pelo gestor da área, funcionário do órgão;

**4.2.1.** O detalhamento das ordens de serviço consta no item 9 deste documento, e serão consideradas as seguintes definições:.

Serviço	Fator de ponderação / Complexidade		Quantidade Total anual (estimada) por profissional	Período de prestação dos serviços (percentual estimado)	
Suporte e administração de rede de dados, sustentação de servidores, segurança da informação e suporte e administração de banco de dados.	Baixa	0.2	1.040 UDPFS	90,00%	07h-22h
	Média	0.6		10,00%	22h-07h
	Alta	1.0			

OBS: o horário de 22h as 07h inclui feriados e finais de semana

**a)** As atividades inerentes a cada área de serviço técnico estão listadas nas Especificações Técnicas, **ANEXO Ila** deste documento. A classificação da complexidade das tarefas deverá ser realizada para cada ordem de serviço emitida, de comum acordo entre as partes envolvidas (Contratante e Contratada), devendo ser observados os seguintes critérios para classificação:

- **Atividades de Baixa complexidade:** todas as tarefas de monitoração; registro de dados em sistemas de controle já existentes (inclusive de demandas); execução



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

de atividades rotineiras (periodicidade estabelecida); emissão de relatórios já preparados;

- **Atividades de Média complexidade:** tarefas relacionadas a alteração de configurações de equipamentos e sistemas já instalados; documentação de rotinas; preparação/elaboração de relatórios;
- **Atividades de Alta complexidade:** liderança técnica da equipe; instalação ou configuração de novos sistemas; produtos ou equipamentos; estudo de melhorias relacionadas ao desempenho dos ambientes; atividades de prospecção.

**b)** Além da classificação quanto à complexidade, os incidentes e ordens de serviço serão classificados quanto à criticidade pelos seguintes critérios:

Descrição	Grau de criticidade
Um ou mais componentes da infraestrutura de serviços prestados à sociedade está totalmente indisponível.	5
Um ou mais componentes da infraestrutura de serviços internos está totalmente indisponível.	4
Um ou mais componentes da infraestrutura de serviços prestados à sociedade apresentam funcionalidades indisponíveis ou afetadas.	3
Um ou mais componentes da infraestrutura de serviços internos apresentam funcionalidades indisponíveis ou afetadas.	2
Um ou mais componentes da infraestrutura de serviços se apresenta funcional, mas necessita de ajustes para melhoria de desempenho ou por necessidade de integração e etc. Também se enquadram nessa categoria novas implantações de componentes.	1

OBS: A CONTRATANTE poderá elevar o grau de criticidade em função do impacto causado pela indisponibilidade ou baixo desempenho dos componentes envolvidos.

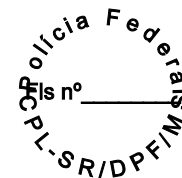
**4.3.** O quantitativo de serviços anual foi estimado com base na experiência da contratante, que dispunha dos serviços por contrato em regime de postos de trabalho, não existindo, ainda, uma base histórica confiável, o que se almeja no presente certame, para adequação à legislação vigente.

**4.4.** A futura CONTRATADA deverá seguir as melhores práticas preconizadas pelo modelo Information Technology Infrastructure Library - ITIL nos processos de suporte a serviços (Service Support), garantindo, principalmente, o gerenciamento de configuração e mudanças de todos os produtos gerados durante a execução dos serviços.

**4.5.** A LICITANTE interessada em participar deste processo licitatório deverá efetuar



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

vistoria técnica nas dependências do DPF para verificar as condições de prestação dos serviços, apresentando, na fase de habilitação, se convocada, comprovante, conforme Anexo II deste edital – Termo de Vistoria.

**4.5.1.** Os interessados deverão marcar a visita para a realização da vistoria pelo telefone (67) 3368-1200, no Núcleo de Tecnologia da Informação/SR/DPF/MS, e esta deverá ocorrer até o último dia útil anterior a data de abertura do certame, por pessoa credenciada pela licitante, sendo facultativo vistorias nas unidades listadas no subitem **5.2.**, alíneas **b, c, d, e**, deste documento.

**4.5.2.** Caso a licitante entenda que não necessita de esclarecimentos adicionais para a formulação de suas propostas, e queira prescindir da Visita Técnica, deverá apresentar, na fase de habilitação, termo de declaração, em papel timbrado da empresa, de que possui informações suficientes e se declara apta a executar os serviços em toda sua extensão.

**4.6.** A administração se valerá do histórico de informações e dados de atendimento, formado no SGSD (Sistema de Gestão de Service Desk) durante a execução do contrato, para promover ajustes necessários, de supressões, acréscimos ou ainda para o necessário equilíbrio econômico-financeiro inicial nos serviços contratados, nos termos do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

## **5 LOCAIS E PERÍODOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.1.** A execução das ordens de serviço deverá ser realizada nas dependências da CONTRATANTE.

**5.1.1.** A CONTRATADA deverá observar os prazos de início (conforme criticidade) e fim das atividades, alocando o pessoal da forma mais conveniente para o atendimento das demandas, não havendo a obrigatoriedade da manutenção dos profissionais necessários para execução dos serviços nas dependências da CONTRATANTE.

**5.2.** O atendimento presencial será realizado nas dependências do Departamento de Polícia Federal nos seguintes endereços:

**a) Superintendência Regional**

Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho  
CEP: 79.110-901 – Campo Grande/MS

**b) Delegacia de Polícia Federal em Corumbá**

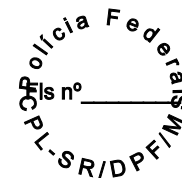
Praça da República, 51, Centro  
CEP: 79.301-140 – Corumbá/MS

**c) Delegacia de Polícia Federal em Dourados**

Rua Aziz Rasselen, 360, Jardim Tropical



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

CEP: 79.822-059 – Dourados/MS

**d) Delegacia de Polícia Federal em Naviraí**

Av. Mato Grosso, 1.215, Centro

CEP: 79.950-000 – Naviraí/MS

**e) Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã**

Av. Presidente Vargas, 70, Centro

CEP: 79.900-000 – Ponta Porã/MS

**f) Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas**

Rua Joaquim Murtinho, 3.261, Jardim Angélica

CEP: 79.611-140 – Três Lagoas/MS

**5.3.** Eventualmente poderá ser solicitado atendimento presencial em outros locais, visando apoiar atividades da CONTRATANTE, como em exposições, fiscalizações, seminários e outros.

**5.4.** Todos os deslocamentos das equipes que se fizerem necessários para o desenvolvimento das atividades contratadas serão de responsabilidade da CONTRATADA.

**5.5.** Deverá ser considerado que, por intermédio de Laudos de Avaliação Ambiental, as Unidades SR/DPF/MS, DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS e DPF/TLS/MS, foram declaradas áreas de periculosidade, em razão de armazenamento de munições, pólvora, explosivos, produtos químicos, inflamáveis e agentes biológicos.

## **6. TRANSIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos serviços de forma gradual, de acordo com o seguinte plano de transição:

ORDEM	AÇÃO	RESPONSÁVEL
1º	Reunião de alinhamento de expectativas contratuais	CONTRATANTE /CONTRATADA
2º	Assinatura do contrato. O início da prestação dos serviços se dará em 10 dias úteis da assinatura do contrato, preferencialmente no primeiro dia do mês mais próximo. Caso não seja possível, será calculado, para efeitos de pagamentos, o valor proporcional a trinta dias, no primeiro mês de prestação dos serviços. Poderá ser autorizado o	CONTRATANTE /CONTRATADA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

	início da prestação dos serviços em prazo menor se a CONTRATADA declarar formalmente que está plenamente apta à assunção.	
3º	Fornecimento de instruções de uso e configuração necessária para o uso do SGSD,	CONTRATANTE /CONTRATADA
4º	Início oficial da prestação de serviços	CONTRATADA
5º	Os três primeiros meses de prestação de serviços formam o período de adaptação sendo aplicadas parcialmente o valor das glosas por descumprimento do ANS, prevalecendo os demais elementos de faturamento, segundo o seguinte: * No primeiro não incidirá nenhuma abatimento por glosa; * No segundo será descontado 1/3 (um terço) do valor de eventuais glosas; * No terceiro será descontado 2/3 (dois terços) do valor de eventuais glosas. * A partir do quarto mês as eventuais glosas serão aplicadas integralmente.	CONTRATANTE /CONTRATADA

## 7. QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS

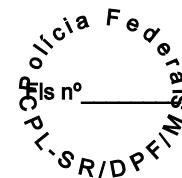
Serviço	Quantidade Total anual (estimada)	Unidade	Preço unitário	Preço Total
			(R\$)	(R\$)
Suporte e administração de rede de dados, sustentação de servidores, segurança da informação e suporte e administração de banco de dados.	4160	UDPFS	51,74 (cinquenta e um reais e setenta e quatro centavos)	215.238,40 (duzentos e quinze mil,duzentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)

## 8. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

**8.1.** Deverão constar no valor cotado todas as despesas necessárias para integralização do contrato, tais como: mão-de-obra; auxílio alimentação ou refeição; transporte e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados; prêmio de seguro e taxas, inclusive de administração; emolumentos e quaisquer despesas operacionais; despesas relativas a deslocamentos intermunicipais; encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, e outras, diretas e indiretas, que componham o custo dos serviços, inclusive o lucro.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**8.2.** Os valores referentes a benefícios de alimentação do trabalhador (ex: vale-refeição, vale-alimentação, cesta básica etc.) ou outros itens de salário indireto concedidos, deverão ser, no mínimo, iguais aos estabelecidos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de cada categoria no estado de Mato Grosso do Sul.

**8.3.** Será considerada vencedora a empresa que apresentar a proposta de menor valor por item, desde que atenda as exigências contidas no Edital e Anexos deste Pregão Eletrônico.

**8.4.** A proposta deverá ser apresentada conforme modelo Anexo III do Edital.

**8.5.** Deverão ser apresentadas, ainda, Declaração de Transferência de Propriedade Intelectual, conforme modelo contante no Anexo IV do Edital.

## **9. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** A execução do contrato será baseada no conceito de delegação de responsabilidade, que define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e ateste do padrão dos serviços executados, e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão de seus recursos humanos.

**9.2.** Os serviços serão implementados através de ordens de serviço automatizadas, que deverão, necessariamente, seguir fluxo de aprovação, e conter, no mínimo:

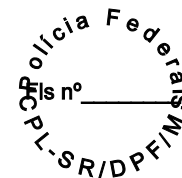
- Descrição detalhada do serviço a ser executado;
- Grau de criticidade da tarefa a ser executada, conforme especificações dos serviços (conforme Especificações Técnicas ANEXO Ib.1 do Termo de Referência);
- Complexidade da atividade (Baixa, média e alta);
- Mensuração em UDPFS.
- Prazo para o final de execução;
- Autorização do gestor responsável da CONTRATANTE;
- Aceitação do gestor responsável da CONTRATANTE, atestando a efetiva execução do serviço.
- Data e horário efetivo de finalização (a ser preenchido no momento de aceitação)

**9.3.** A CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema automatizado de gerência de Ordens de Serviço, que atendam aos requisitos mínimos exigidos e suportem todo fluxo automatizado de aprovação e aceite das ordens.

**9.4.** Ao final de cada mês a CONTRATADA deverá fornecer ao DPF arquivo eletrônico, em formato definido posteriormente pela CONTRATANTE, com a exportação de todas as



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

ordens de serviço abertas e executadas naquele período.

**9.5.** O pagamento mensal será calculado no somatório das ordens de cada serviço, levando-se em conta os fatores de ponderação de complexidade apresentados anteriormente e descontando-se as glosas aplicáveis.

**9.6.** A contratação não envolverá mão de obra com dedicação exclusiva.

## **10. HABILITAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA**

**10.1.** Consiste no exame da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à qualificação técnica, visando comprovar:

**10.1.1.** O fiel cumprimento da legislação pela licitante;

**10.1.2.** A boa situação econômico-financeira da licitante, bem como a sua capacidade financeira para assumir os compromissos decorrentes da adjudicação do contrato;

**10.1.3.** A capacidade técnica para assumir os serviços licitados, por meio de comprovação de execução anterior de objeto similar.

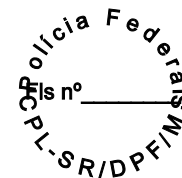
**10.2.** A licitante deverá apresentar documentação para habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e qualificação técnica.

**10.3.** Será exigida a apresentação de pelo menos 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, que comprove(m) a aptidão da licitante para desempenho de atividade compatível, em características e volume, com o objeto deste Termo de Referência, Tais como:

- Comprovar experiência com equipamentos de rede de pelo menos duas das seguintes
- marcas: CISCO, 3COM, Enterasys ou Extreme;
- Comprovar experiência em pelo menos 2 dos seguintes bancos de dados: PostgreSQL,
- MySQL e MS-SQLServer;
- Comprovar experiência com no mínimo quatro dos seguintes sistemas operacionais de servidores:
  - o MS-Windows 2003
  - o MS-Windows 2008;
  - o Linux Ubuntu,
  - o Linux CentOS / Fedora;
  - o Unix OpenSolaris;
  - o FreeBSD.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

- Servidores WEB: Apache ou MS-IIS;
- Portais de conteúdo Zope/Plone;
- Gerenciamento de redes de armazenamento (SAN – Storage Area Network);
- Gerenciamento de soluções de backup;
- Virtualização / Consolidação;
- Balanceamento de carga;
- Comprovar experiência em administração de Firewalls;
- Filtros de conteúdo;
- Proxies;
- Antivirus;
- Execução de rotinas batch;
- Utilização de ferramentas automatizadas de monitoração (Nagios, CACTI);
- Execução de rotinas de backup;
- Comprovar experiência com a utilização de linguagens de script de login (VBScript, Java Script e Kixtart Script)

**10.4.** O(s) Atestado(s) deverá explicitar a utilização das práticas da ITIL na prestação dos serviços, expor elementos que possibilitem dimensionar o número de usuários atendidos e o número médio de chamados (incidentes e serviços) por mês.

## **11. DIREITO PATRIMONIAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**11.1.** A CONTRATADA cederá ao CONTRATANTE o direito patrimonial e a propriedade intelectual, em caráter definitivo, dos sistemas desenvolvidos e resultados produzidos em consequência desta licitação

**11.1.1.** Por resultados entendam-se quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e Internet e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica.

## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** Comprovar, por meio de carta de apresentação ou outro documento que seja exigido, a habilitação e qualificação profissional de seus empregados alocados na execução dos serviços.

**12.1.1.** O disposto no subitem anterior será exigido no início da execução do contrato e sempre que houver ingresso de novos funcionários da CONTRATADA na prestação de serviços.

**12.2.** Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, na forma preestabelecida neste Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**12.3.** Fornecer crachá de identificação e uniforme com identificação da CONTRATADA, de uso obrigatório nas dependências do CONTRATANTE.

**12.3.1.** O CONTRATANTE poderá fornecer, a seu critério, o crachá de identificação.

**12.4.** Formalizar a indicação de preposto da empresa, bem como do substituto eventual, com poderes de representante legal, para tratar dos assuntos relacionados ao contrato e gerenciamento dos serviços técnicos, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

**12.5.** Iniciar a execução dos serviços contratados, na forma e prazos previstos no termo de referência e no contrato, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

**12.6.** Realizar, as suas expensas, na forma da legislação pertinente, os exames médicos necessários tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados.

**12.7.** Prever e prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, mesmo que seja por motivos de férias, descanso semanal, licenças, faltas ao serviço, demissões e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

**12.8.** Substituir, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação da CONTRATANTE, pessoal que apresente comportamento inadequado.

**12.9.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes do Termo de Referência.

**12.10.** Prestar os esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato quando forem solicitados pela CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**12.11.** Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador, apresentando mensalmente ao SELOG/SR/DPF/MS os documentos solicitados, referentes à força de trabalho alocado às atividades objeto do contrato, sem a qual, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas ao NTI/SR/MS para liquidação.

**12.12.** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às Leis trabalhistas e previdenciárias



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

**12.13.** Responder por perdas ou danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, na execução do contrato.

**12.14.** Arcar com o ônus resultante de qualquer ação, demanda, custo ou despesas decorrentes de contravenção por culpa da CONTRATADA ou de seus profissionais indicados ou prepostos, obrigando-se igualmente a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;

**12.15.** Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, no prazo de 72 (setenta e duas) horas a partir da solicitação da CONTRATANTE.

**12.16.** Responsabilizar-se pela execução integral dos serviços, independente de ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do DPF.

**12.17.** Deverá ser elaborado e apresentado à CONTRATANTE, mensalmente, Relatório Gerencial dos Serviços Executados, com detalhamento dos níveis de serviços executados versus acordados, quantitativo por categoria dos serviços prestados e demais informações necessárias ao acompanhamento e avaliação da execução dos serviços

**12.17.1.** Outros relatórios relacionados ao Contrato poderão solicitados pela CONTRATANTE.

**12.18.** Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização, manutenção e a segurança das instalações, bem como à salvaguarda de documentos considerados sigilosos.

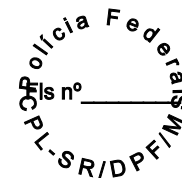
**12.19.** Manter seus empregados treinados e atualizados sobre novas tecnologias, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, assegurando a excelência na execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

**12.20.** Manter os seus funcionários qualificados nas ferramentas, metodologias, processos e tecnologias utilizados pela CONTRATANTE durante toda a vigência do Contrato

**12.21.** A CONTRATANTE, para efeitos de aplicação das Leis nº 9.609/98, nº 9.610/98 e



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

regulamentos correlatos, deverá ser a única proprietária de licença para utilização dos programas de computador, projetos de arquitetura de redes, projetos de segurança da informação, artefatos desenvolvidos pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, assim como de toda a documentação técnica relativa ao objeto contratado, devendo esta, para tanto:

**a)** Ceder à CONTRATANTE, mediante cláusula contratual, o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos/mantidos, logo após os seus recebimentos definitivos.

**b)** Entregar o projeto, suas especificações técnicas, documentação, códigos-fonte dos programas e todos os produtos gerados na execução do contrato em mídia a ser definida pelo DPF, logo após os seus recebimentos definitivos.

**c)** Ceder à CONTRATANTE, nos termos do artigo 111 da Lei no 8.666/93 e art. 4º da Lei no 9.609/98, o direito patrimonial e a propriedade intelectual, em caráter definitivo, dos sistemas e resultados produzidos em consequência dos serviços, entendendo-se por resultados, quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, fluxogramas, listagens de programas de computador (fonte ou executável) e documentação didática, em papel e em mídia eletrônica, sem ônus adicional.

**12.22.** Os produtos originados do contrato não poderão, em hipótese alguma, ser cedidos, copiados e utilizados sem autorização prévia da CONTRATANTE.

**12.23** É vedada a comercialização ou veiculação de publicidade direta ou indireta relacionada aos serviços prestados, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.

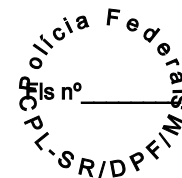
**12.24.** Manter sigilo, e fazer com que seus empregados o mantenham, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todos os assuntos de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que vier a tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato.

**12.25.** Tratar todo e qualquer projeto de arquitetura de redes, de segurança da informação e sistemas de informação desenvolvidos, incluindo sua documentação técnica, de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada a sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal, sob as penas da Lei, mesmo após o término do contrato, conforme preceitua o § 2º do artigo 2º da Lei no 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.

**12.26.** Disponibilizar ao Fiscal de Contrato, no início da execução contratual, termo contendo declaração de manutenção de sigilo e ciência das normas de segurança vigente no órgão, assinado pelo representante legal do fornecedor e seus empregados diretamente envolvidos na contratação.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**12.26.1.** Sempre que houver alteração no quadro de prestadores de serviço da CONTRATADA deverá ser providenciada a emissão e assinatura do aludido termo.

**12.27.** Assegurar que todos os privilégios de acessos a sistemas, informações e recursos de TI da CONTRATANTE sejam revistos, modificados ou revogados quando da transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissionais sob sua responsabilidade, observando a política de gestão de identidades da CONTRATANTE.

**12.28.** Planejar, desenvolver, implantar, executar e manter os serviços objetos deste TR de acordo com os níveis de serviço estabelecidos pela CONTRATANTE.

**12.29.** Observar e seguir, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança da informação implementados no ambiente de TI da CONTRATANTE.

**12.30.** Manter um Diário de Ocorrências, no local dos serviços, em que conste os registros dos fatos relativos à execução dos trabalhos, assinados pelo Preposto.

**12.31.** Encaminhar carta de apresentação contendo os dados pessoais e informações relativas à habilitação e à qualificação profissional de seus empregados alocados na execução de serviços da CONTRATANTE.

**12.31.1.** Deverão ser encaminhadas as cartas de apresentação no início da execução do contrato e sempre que houver qualquer alteração no quadro de colaboradores da CONTRATADA.

**12.32.** Comunicar, com antecedência mínima de 3 (três) dias, qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

**12.34.** Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reuniões com a equipe de técnicos do CONTRATANTE, para alinhamento de expectativas contratuais.

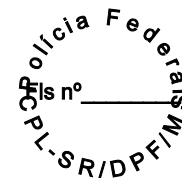
**12.34.1.** O CONTRATANTE fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta de reunião.

**12.35.** Providenciar e manter a qualificação técnica de seus profissionais, condizentes com as necessidades dos serviços.

**12.36.** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos profissionais alocados na execução dos serviços.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**12.37.** Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social dos profissionais alocados, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo legal.

**12.38.** Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador, apresentando mensalmente à CONTRATANTE a comprovação de recolhimento do FGTS e INSS, referente à força de trabalho alocada a prestação dos serviços, objeto do contrato, sem a qual, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas à liquidação.

**12.39.** Conceder aos seus empregados os benefícios previstos nos acordos e convenções de trabalho vigente para as respectivas categorias profissionais.

**12.40.** Responsabilizar-se por acidentes que venham a ocorrer envolvendo seus empregados, em razão do serviço, provendo-lhes o que asseguram as leis trabalhistas, previdenciárias e demais exigências legais para o exercício das atividades.

**12.40.1.** A CONTRATADA deverá adotar as medidas necessárias para o atendimento de seus profissionais acidentados ou acometidos de mal súbito nos locais que sejam realizados os serviços.

**12.41.** Realizar, as suas expensas, os exames médicos necessários para admissão, durante a vigência do contrato de trabalho e na demissão de seus empregados, na forma da legislação pertinente.

**12.42.** Disponibilizar sistema automatizado de gerência que suporte todo fluxo de aprovação e aceite das Ordens de Serviço, e que atendam aos requisitos mínimos elencados no item 9 deste documento.

**12.43.** A CONTRATADA deverá fornecer ao DPF, mensalmente, arquivo eletrônico, em formato a ser definido pela CONTRATANTE, com a exportação de todas as ordens de serviço abertas e executadas naquele período.

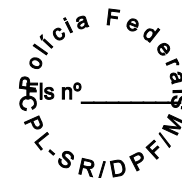
**12.44.** A CONTRATADA deverá registrar todas as tarefas realizadas, no SGSD, na base de conhecimentos disponibilizada pelo CONTRATANTE e em outras constituídas em razão da execução dos serviços.

**12.45.** Acompanhar as evoluções tecnológicas do CONTRATANTE, mediante adaptações e migração de informações necessárias, e ou substituição do uso de seus SGSD e base de conhecimento por outro que o CONTRATANTE venha a adotar.

**12.46.** Encaminhar, mensalmente, à CONTRATANTE todas as faturas dos serviços prestados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**12.47.** Reportar imediatamente ao responsável designado pela CONTRATANTE qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CONTRATANTE.

### **13 DOS REQUISITOS DE VIDA PREGRESSA DOS FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA**

**13.1** Os funcionários da CONTRATADA que forem alocados para prestação dos serviços objeto desta contratação, deverão ter procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, que serão aferidos por meio de avaliação da vida pregressa e investigação social procedida pela Polícia Federal, sempre que esta julgar necessário.

**13.1.1.** Quando solicitada, a CONTRATADA, deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis, os seguintes documentos complementares de seus funcionários:

**a)** Cópia do comprovante da residência atual (água, luz, telefone, contracheque, etc.);

**b)** Certidões negativas dos órgãos de distribuição da(s) cidade(s) na(s) qual(is) o funcionário tenha residido nos últimos cinco anos, abrangendo os feitos cíveis, criminais, de protestos de títulos, de interdição e de tutelas;

**c)** Certidões negativas cíveis e criminais da Justiça Federal da(s) cidade(s) na(s) qual(is) o candidato tenha residido nos últimos cinco anos.

**13.2.** A desaprovação pelo CONTRATANTE de empregado da CONTRATADA será justificada formalmente, baseada nos antecedentes do mesmo ou por motivo de deficiência técnica.

**13.3.** A CONTRATADA deverá encaminhar carta de apresentação contendo os dados pessoais e informações quanto à habilitação e qualificação profissional dos funcionários alocados para atender ao contrato quando do início da execução do contrato e sempre que solicitado pela Administração.

### **14. PROCEDIMENTOS BÁSICOS DE SEGURANÇA**

**14.1.** Deve a contratada:

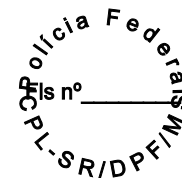
**a)** Credenciar junto ao CONTRATANTE, seus profissionais autorizados a retirar e a entregar documentos e equipamentos, bem como aqueles que venham a ser designados para prestar serviços nas dependências do CONTRATANTE;

**b)** Identificar qualquer equipamento da empresa que venha a ser instalado nas dependências do CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc;

**c)** Zelar para que seus funcionários mantenham sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços contratados, inclusive com a assinatura de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

termo de responsabilidade;

**d)** Não permitir que dados ou informações da CONTRATANTE seja retirado das dependências do CONTRATANTE, independente do veículo em que se encontrem, notadamente em discos rígidos ou óticos, memórias em estado sólido, documentos, mensagens eletrônicas e outros.

**e)** Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE;

**f)** Adotar critérios adequados para o processo seletivo dos profissionais que atuaram nos serviços objeto deste Termo de referência, evitando a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que comprometam a segurança ou credibilidade do CONTRATANTE;

**g)** Comunicar, com antecedência mínima de 3 (três) dias, qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**15.1.** Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências das condições e preços pactuados no contrato.

**15.2** Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências, aos equipamentos de TI, aos softwares e à base de conhecimento quando necessários para a execução dos serviços, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

**15.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA por intermédio de seu preposto.

**15.4.** Fiscalizar e fixar prazo para correção dos serviços prestados, notificando por escrito a CONTRATADA sobre quaisquer falhas e eventuais imperfeições na execução dos serviços .

**15.5.** Avaliar relatório mensal dos serviços executados pela CONTRATADA, observando os indicadores e metas de níveis de serviço, conforme estabelecidos neste Termo de Referência .

**15.6.** Abrir processo administrativo no caso de descumprimento contratual pela CONTRATADA.

**15.7.** Disponibilizar local adequado e os meios materiais necessários para a execução dos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

serviços nas dependências da CONTRATANTE.

## **16. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

### **16.1. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**16.1.1.** O contrato decorrente do processo licitatório terá a vigência até 31 de dezembro de 2011, podendo este prazo ser prorrogado por períodos de 12(doze) meses, sucessivos, mediante Termo Aditivo, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, no interesse da Administração e nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

### **16.2. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

**16.2.1.** A previsão de prorrogação contratual se reveste em direito subjetivo do contratado, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

**16.2.2.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão eliminados como condição para a renovação.

**16.2.3.** No momento da prorrogação contratual, o DPF irá assegurar-se de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação.

**16.2.4.** O DPF não renovará o contrato quando os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços.

**16.2.5.** O DPF não renovará o contrato quando a contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal ato.

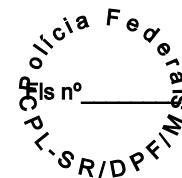
### **16.3 REAJUSTE DO CONTRATO**

**16.3.1** Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese de haver prorrogação de vigência contratual, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -IPCA , nos termos da Lei.

### **16.4 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**16.4.1.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;

**16.4.2.** Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre os Contratantes.

### **16.5 RESCISÃO CONTRATUAL**

**16.5.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, conforme art. 77 da Lei 8.666/93.

**16.5.2.** Caberá rescisão contratual, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**16.5.3.** A rescisão do contrato poderá ser:

**16.5.3.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

**16.5.3.2.** amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e

**16.5.3.3.** judicial, nos termos da legislação.

**16.5.4.** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito:

**16.5.4.1.** pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

**16.5.4.2.** pagamento do custo da desmobilização,

**16.5.4.3.** devolução da garantia.

### **17. PRAZO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**17.1.** A prestação dos serviços deverá iniciar-se em 10 dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, preferencialmente no primeiro dia do mês mais próximo.

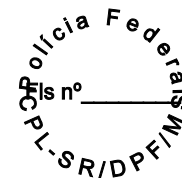
**17.1.1** Caso não seja possível o início no prazo supracitado, será calculado, para efeitos de pagamento, o valor proporcional a trinta dias no primeiro mês de prestação dos serviços.

**17.1.2** Poderá ser autorizado o início da prestação dos serviços em prazo menor se a CONTRATADA se declarar, formalmente, apta à assunção plena dos serviços.

**17.2.** A execução do contrato será baseada no conceito de delegação de responsabilidade, que define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

contrato e ateste do padrão dos serviços executados, e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão de seus recursos humanos.

**17.3.** A CONTRATADA será responsável pela execução e acompanhamento diário dos serviços, quanto à qualidade e níveis alcançados, efetuando eventuais ajustes e correções.

**17.3.1.** Quaisquer ocorrências que possam comprometer o bom andamento dos serviços, ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos, devem ser imediatamente comunicados à CONTRATANTE, que, em parceria com a CONTRATADA, buscará a melhor solução para resolução do problema.

## **18. DA GARANTIA**

**18.1.** Será exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 56 e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, optando-se por uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) seguro – garantia; ou
- c) fiança bancária.

**18.2.** No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na agência do Banco do Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul.

**18.3.** Cabe à Administração verificar a idoneidade da garantia, o que se fará com base em elementos objetivos.

**18.4.** Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**18.5.** A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

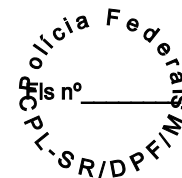
**18.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

**18.7.** No caso de alteração do valor do contrato a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições deste.

**18.8.** A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da SR/DPF/MS, a CONTRATADA deverá reapresentá-la em 48 horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;

**18.9.** Fica vedado à CONTRATADA pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;

## **19. DA FORMA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E DOS ENCARGOS MORATÓRIOS**

**19.1.** O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e Relatório Mensal dos Serviços efetivamente executados no período, devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato.

**19.1.1.** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias a contar do atesto da Nota fiscal/Fatura.

**19.1.2.** A Nota Fiscal/Fatura deverá vir acompanhada dos relatórios de que trata o item 12.17. do Termo de Referência e constando número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal, condições necessárias para o ateste dos serviços.

**19.1.3.** O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, conforme item 17.1

**19.2.** Será procedida consulta “on-line” junto ao SICAF, antes de cada pagamento, para conferência das condições de habilitação exigidas na licitação.

**19.2.1.** Serão impressas declarações demonstrativas da situação da empresa contratada, que deverão ser juntadas aos autos do processo próprio.

**19.3.** O pagamento ficará condicionado à apresentação, em anexo à nota fiscal/fatura da prestação de serviços, de cópia da GFIP -Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, e cópia da GPS -Guia da Previdência Social, autenticadas na rede bancária autorizada, e de competência de recolhimento vencida imediatamente anterior à data de pagamento.

**19.3.1.** A GFIP e a GPS deverão:

- a) ser preenchidas em nome da CONTRATADA;
- b) ser emitidas para cada estabelecimento do CONTRATANTE.
- c) estar acompanhadas de memória de cálculo, em papel timbrado da empresa, informando, respectivamente, os nomes dos funcionários, seus salários e os cálculos do FGTS e da Previdência Social de cada um, com totais iguais aos recolhidos na GFIP e na GPS.

**19.4.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente qualquer irregularidade, inclusive comprovação da completa quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, da folha de pagamento e valores referente às férias, caso existam.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**19.5.** O não cumprimento do previsto no subitem anterior permitirá a retenção do valor da fatura, para fins de garantia do cumprimento das obrigações, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, caracterizando inexecução parcial do contrato.

**19.6.** Nos casos de manutenção corretiva com substituição de peças, equipamentos ou acessórios, o prazo para normalização do sistema será de no máximo 1 dia útil após o fornecimento, pelo CONTRATANTE, do material necessário;

**19.7.** Deverá ser comunicado, imediata e formalmente, ao CONTRATANTE eventual necessidade de prazo maior para a execução do serviço, com justificativas e proposta de novo prazo, as quais serão avaliadas pelo Gestor do Contrato;

**19.8.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tal, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**19.8.1.** O presente critério aplicar-se-á aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento.

**19.9.** A Administração reterá na fonte o imposto sobre renda de pessoa jurídica – IRPJ, a contribuição sobre o lucro líquido - CSLL, a contribuição para a seguridade social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos a serem efetuados, exceto aos optantes pelo SIMPLES, mediante apresentação de cópia do termo de opção de que trata a IN/SRF nº 75, de 26/12/1996, conforme determina a Instrução Normativa Conjunta nº 23, de 02/03/2001, do Secretário da Receita Federal, do Secretário do Tesouro Nacional e do Secretário Federal de Controle.

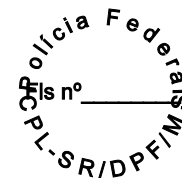
**19.10.** O valor do pagamento será calculado conforme a efetiva execução dos serviços dentro dos níveis requeridos, descontadas as glosas, consoante gradação estabelecida neste Termo de Referência e seus anexos.

**19.10.1.** Para cada inadimplemento foram atribuídos pontos devidos.

**19.10.2.** A CONTRATADA sofrerá glosa de 1% (um por cento), sobre o valor da



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

fatura mensal, a cada 15 pontos devidos.

**19.11.** A soma total dos percentuais de redução a ser aplicado a título de glosa não poderá ultrapassar o valor correspondente a 15% (quinze por cento) do valor de cada fatura mensal,

**19.11.1.** Caso o valor apurado para desconto ultrapasse este limite, o desconto restante será efetivado nas próximas faturas facultada, ainda, a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de outras sanções contratuais e legais.

**19.12.** O desconto correspondente às glosas será descontado da fatura do mês subsequente à sua apuração.

## **20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**20.1** As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2011, cujos programas de trabalho e elemento de despesa específico constarão da respectiva Nota de Empenho .

## **21. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**21.1.** A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela administração para Fiscal do Contrato, ao qual caberá:

- a)** Manter registro de aditivos;
- b)** Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e verificar a integridade dos serviços;
- c)** Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando ações necessárias para regularização de faltas ou defeitos constatados;
- d)** Receber, atestar e autorizar os documentos da despesa, quando comprovado o integral fornecimento dos serviços, para fins de pagamento;
- e)** Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura;
- f)** Promover as fiscalizações Inicial, Diárias, Mensais e Especiais constantes na Instrução Normativa nº 02/2008 e nº 04 – MPOG.
- g)** Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de modificação contratual.

**21.2.** O fiscal comunicará, por escrito, eventuais deficiências verificadas no fornecimento para imediata correção, sem prejuízo da aplicação de sanções e glosas previstas.

**21.3.** A presença da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**21.4.** Caberá à CONTRATADA a designação formal de um preposto para representá-la nas dependências do CONTRATANTE, para exercer a supervisão e controle do pessoal, inclusive quanto ao cumprimento da jornada de trabalho, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelos seus colaboradores.

**21.5.** Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

**21.5.1.** A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço, se em desacordo com o Contrato.

**21.6.** O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, a Licitante/Adjudicatária, que:

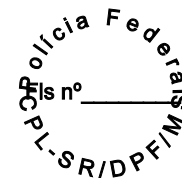
- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Ensejar o retardamento da execução do certame;

**22.2.** A Licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de até 15% (quinze por cento), sobre o valor total estimado do Contrato.
- b) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

**22.3.** Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a CONTRATADA que:

- a) Deixar de executar total ou parcialmente o Contrato.
- b) Apresentar documentação falsa.
- c) Comportar-se de modo inidôneo.
- d) Cometer fraude fiscal.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

**e)** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, no Contrato e reiterados descumprimentos de itens do Acordo de Nível de Serviço.

**22.4.** A CONTRATANTE poderá, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**22.4.1.** Advertência;

**22.4.2.** Multa de:

**a)** 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia devido à inexecução parcial das obrigações assumidas, incidentes sobre o valor devido no mês de ocorrência, limitada a incidência a 30 dias;

**b)** 10% (dez por cento) sobre o valor devido no mês de ocorrência, no caso de atraso na execução do objeto por período superior a 30 dias;

**c)** 15% (quinze por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do contrato, caracterizado também pela recusa em assiná-lo.

**22.4.2.1.** A aplicação da multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas.

**22.4.2.2.** A multa não se confunde com os descontos aplicados por glosa em razão de desatendimento de ANS.

**22.4.2.3.** A multa será aplicada após regular processo administrativo sendo descontada das faturas mensais subsequentes e ou da garantia apresentada;

**22.4.2.4.** Se o valor da multa for de superior ao valor da garantia prestada, a CONTRATADA responderá pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, ou ainda, inscrita na Dívida Ativa da União e cobrada judicialmente.

**22.4.5.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos;

**22.4.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da suspensão;

**22.4.7.** Após a notificação e antes de ser aplicada a penalidade cabível, será facultado à CONTRATADA a apresentação de defesa prévia, observando-se os seguintes prazos:

**a)** 05 (cinco) dias, após a notificação, para as penalidades: advertência, multa e suspensão;

**b)** 10 (dez) dias para a penalidade de declaração de inidoneidade.

**22.4.8.** Decorridos 20 (vinte) dias sem que o contratado tenha, sem justificativa plausível, iniciado a prestação da obrigação assumida, ficará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua rescisão e demais cominações legais.

**22.4.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

## 23. COMPROVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DA EMPRESA

**23.1** Para comprovação de que a empresa Licitante possui capacitação e experiência na execução de serviços correlatos aos do Objeto deste Projeto, a empresa deverá, nos termos do Art. 30, Parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, juntamente com a documentação de habilitação necessária, apresentar:

**23.1.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica(s)** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando experiência na prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação especificadas no item 10.3. deste termo de referencia.

**23.1.2.** Atestado de Visita Técnica, com data posterior à divulgação/publicação do aviso da licitação e anterior à data do certame, emitido por servidor previamente designado pelo chefe do NTI/SR/DPF/MS ou, em sua ausência, quem o substituir, comprovando que representante da licitante visitou o local onde serão executados os serviços, e obteve as informações necessárias à prestação dos serviços e elaboração de sua proposta comercial.

**23.1.2.1.** O Atestado deverá conformar com o modelo constante do **Anexo II** do Edital.

**23.1.2.2.** A vistoria deverá ser realizada nos seguintes horários: de 9h às 11h e de 15h às 17h., na SR/DPF/MS, situada na Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, CEP: 79.110901 – Campo Grande/MS, até o último dia útil anterior a data de abertura do certame.

**23.1.2.3.** Os interessados deverão marcar a visita para a realização da vistoria pelo telefone (67) 3368-1200, no Núcleo de Tecnologia da Informação/SR/DPF/MS.

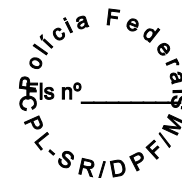
**23.1.2.4.** É facultado às licitantes vistorias nas Unidades Descentralizadas em Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS, desde seja agendado, em tempo hábil, com o chefe do NTI/SR/DPF/MS e com a autoridade responsável pela unidade, que designará servidor para acompanhamento nas dependências da mesma.

**23.1.2.5.** Caso a licitante entenda que não necessita de esclarecimentos adicionais para a formulação de suas propostas, e queira prescindir da Visita Técnica, deverá apresentar, na fase de habilitação, termo de declaração, em papel timbrado da empresa, de que possui informações suficientes e se declara apta a executar os serviços em toda sua extensão.

**23.1.3.** A apresentação da proposta de preços na licitação implica que a licitante tomou conhecimento e está de pleno acordo com as normas e condições do Edital e seus anexos, tendo obtido todas as informações pertinentes à formulação de sua proposta comercial, bem como às normas de execução do contrato, não se admitindo alegações posteriores acerca de quaisquer falhas ou omissões em sua proposta, ou mesmo isenção



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

de responsabilidade que deste fato decorra, durante a vigência do Contrato.

## **24. NÍVEIS DE SERVIÇO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

**24.1.** Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis, estabelecidos para aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados, como: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência/cobertura e segurança, valendo-se de indicadores pertinentes a sua natureza e características, e estabelecendo-se metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

**24.2.** Para definição dos indicadores de avaliação e respectivas metas foram consideradas a natureza e as características de cada serviço, e adotadas unidades de medida, tais como: percentuais; tempo, em horas, minutos ou segundos; números que expressem quantidades físicas; dias úteis e dias corridos.

**24.3.** A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviço será mensal, devendo a CONTRATADA elaborar e apresentar os relatórios gerenciais de serviços até o segundo dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

**24.3.1.** O conteúdo detalhado e a forma do relatório gerencial serão definidos pelas partes.

**24.4.** Indicadores de níveis de serviço – os serviços prestados serão medidos com base em indicadores e metas de níveis de serviço, vinculados a fórmulas de cálculo específicas, e deverão ser executados pela CONTRATADA de modo a alcançar os resultados exigidos.

**24.5** Os níveis de serviços e critérios de aceitação estão estabelecidos no Termo de Referência.

## **25. A REQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS**

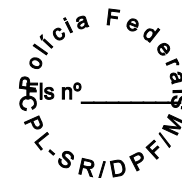
**25.1.** A Contratada deverá utilizar os canais de comunicação propostos pelo Contratante para o relacionamento com este, ou com empresa por ele designada, quando este relacionamento se fizer necessário, durante a execução dos serviços.

**25.2.** A requisição para a prestação dos serviços deverá ser solicitada por intermédio de Sistema de Gestão de Service Desk, ou mediante documentos oficiais, devendo estes serem registrados obrigatoriamente no referido Sistema.

**25.3.** Quando requisitado o serviço, a CONTRATADA deverá alocar, imediatamente, o profissional competente e previamente aprovado pelo fiscal do contrato, nos termos do



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

art. 67 da Lei no 8.666/93.

**25.4.** Nos casos de serviços cujos prazos de atendimento não estejam formalizados em acordos de nível de serviço, a Contratada deverá apresentar prazo para execução da atividade em até 1 dia útil.

## **26. DA HOMOLOGAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**26.1.** Os serviços prestados serão avaliados e homologados até o 10º(décimo) dia útil do mês subsequente ao de sua prestação, na reunião de entrega e análise do relatório gerencial mensal.

**26.1.1.** A CONTRATADA deverá apresentar termo de homologação constando os níveis de serviço alcançados, justificativas por eventuais deficiências, bem como sugestões para otimização.

## **27. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL**

**27.1.** A transferência de conhecimento de soluções desenvolvidas deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, conforme Plano de Transferência de Conhecimento a ser fornecido pela CONTRATADA, em eventos específicos, preferencialmente em ambiente disponibilizado pela CONTRATADA, e baseado em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida.

**27.1.1.** O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pelo CONTRATANTE.

**27.2.** Havendo necessidade de transição contratual, com mudança de fornecedor dos serviços, a CONTRATADA signatária do contrato em fase de expiração, assim considerado o período dos últimos três meses de vigência, deverá repassar para a vencedora do novo certame, por intermédio de eventos formais, os documentos necessários a continuidade da prestação dos serviços, bem como esclarecer dúvidas a respeito de procedimentos no relacionamento entre o CONTRATANTE e a nova contratada.

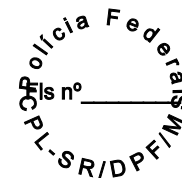
**27.2.1.** A CONTRATADA ATUAL deverá descrever a metodologia, conforme planejamento prévio, a ser utilizada para transferência de conhecimentos aos técnicos da CONTRATANTE e da nova contratada, os quais poderão ser multiplicadores do conhecimento transferido a outros técnicos e usuários finais.

## **28. OUTRAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

**28.1.** O CONTRATANTE poderá, excepcionalmente, solicitar a execução dos serviços em dias, horários e locais distintos dos estabelecidos nas especificações técnicas, desde que



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL



PROCESSO nº 08335.018484/2010-53

a necessidade seja previamente comunicada à CONTRATADA e a prestação do serviço limitada ao estado de Mato Grosso do Sul.

**28.2.** É vedada a subcontratação de terceiros para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

**28.3.** A empresa CONTRATADA deverá encaminhar ao responsável pela fiscalização do contrato Termo de Confidencialidade de todos os seus funcionários que prestarão serviços para o CONTRATANTE e seus órgãos integrantes.

**28.3.1.** De acordo com a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências; e demais legislações aplicáveis, o Termo de Confidencialidade deverá conter os dados abaixo:

**a)** Nome do prestador, nº da RG; Órgão Expedidor; CPF; domicílio; cargo; timbre da empresa contendo CNPJ e nº do contrato a que se refere.

**b)** Compromisso de manter o completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações e aperfeiçoamento de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a ser confiada em razão da participação, na elaboração do serviço prestado, não podendo, sob qualquer pretexto, reproduzir, divulgar, ceder, dar conhecimentos a terceiros, sem anuência expressa do CONTRATANTE, sob as penas da Lei, mesmo após o término do contrato.

**c)** Compromisso de garantir que as soluções tecnológicas que compõem os serviços fornecidos não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou segredos industriais, responsabilizando-se pelos prejuízos, inclusive honorários advocatícios, custas e despesas processuais ou de qualquer espécie e ônus decorrentes de ação judicial ou processo contra a CONTRATANTE pela inobservância da CONTRADA aos preceitos legais.

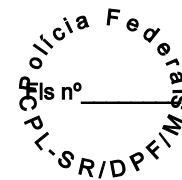
Campo Grande/MS, 01 de junho de 2010.

**GILSON MACHADO AUERSWALD**  
Agente de Telecomunicações e Eletricidade  
Matrícula 11.968



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

PROCESSO nº 08335.018484/2010-53



## **Aprovação Técnica**

A presente minuta de Termo de Referência é tecnicamente adequada, indica a viabilidade da contratação proposta e contém os elementos técnicos necessários à composição do edital de licitação, além de sugestões quanto aos aspectos licitatórios, pelo que recomendo a realização da contratação proposta.

**PÉRICLES VELOSO RODRIGUES**  
Chefe do NTI/SR/DPF/MS